



Dívida Pública sobe 1,58% em outubro e aproxima-se de R\$ 6,2 tri

Programa de vacinação em escolas é aprovado em comissão no Senado

Página 8

Expectativa de vida sobe para 75,5 anos após queda na pandemia

Página 3

Bolsa Tech forma mais de 400 jovens na capital

Mais de 400 jovens finalizaram os cursos do programa Bolsa Tech, da Prefeitura de São Paulo, recentemente. Com seis meses de duração, a formação para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com idades entre 16 e 20 anos, além inserir os participantes no universo da tecnologia, também ofertou uma bolsa-auxílio de R\$ 683,10 mensais.

A iniciativa realizada por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e o Instituto Muda Brasil, proporcionou um curso de qualificação e iniciação profissional para o mercado de trabalho com foco na área de tecnologia, além de os alunos terem acesso a atividades de desenvolvimento pessoal. Os participantes desta edição iniciaram as aulas em maio.

“O Bolsa Tech é parte do conjunto de oportunidades que oferecemos para formar e capacitar jovens de baixa renda da cidade de São Paulo. Em um país em que mais de 30% dessa faixa etária não trabalha e nem estuda, sabemos que as consequências dessa estagnação afetam muito mais drasticamente os indivíduos periféricos e marginalizados”, explica a secretária municipal Aline Cardoso. “Em todos os ciclos finalizados, os jovens que se formam não são só números, são vidas transformadas, famílias e comunidades inteiras impactadas. Nossos esforços são focados em áreas de maior chance de empregabilidade e voltados às vocações da cidade como a tecnologia. Aqui estão os escritórios das maiores empresas dessa área”, completa.

O curso conta com carga horária de 20 horas por semana, sendo 16h no modelo à distância (EaD) e 4h presenciais semanais. O Bolsa Tech oferece aulas teóricas e práticas nas diversas áreas da tecnologia, como informática, programação e desenvolvimento de software, com foco em tecnologia da informação. Está prevista uma nova turma para 2024.

Outra recém-formada, Kaianne Bezerra, também refletiu sobre os impactos do programa. “Acredito que o curso contribuiu muito para minha comunicação, meu trabalho em equipe. Eu pude perceber que realmente sou capaz de entrar em uma empresa e me destacar”. Além dos módulos tecnológicos, fazem parte da formação aulas de desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, negociação, resolução de problemas complexos, educação financeira, noções básicas de administração e empreendedorismo.

Os participantes ainda podem contar com mentorias com instrutores para auxiliar no desenvolvimento pessoal, presencialmente, de forma opcional.

STF admite responsabilizar jornal por acusação falsa de entrevistado



Foto: Marcelo Casati / JFABR/Arquivo

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou na quarta-feira (29) a tese jurídica que permite a responsabilização de veículos de imprensa pela publicação de entrevistas nas

quais sejam imputados falsamente crimes contra terceiros.

Pelo entendimento, o princípio constitucional da liberdade de imprensa impede a censura pré-

via de conteúdos publicados. Contudo, se um entrevistado acusar falsamente outra pessoa, a publicação poderá ser responsabilizada judicialmente. Página 8

Após uma forte queda em setembro, a Dívida Pública Federal (DPF) voltou a subir em outubro, por causa do baixo volume de vencimentos de títulos. Segundo números divulgados na quarta-feira (29) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 6,028 trilhões em setembro para R\$ 6,172 trilhões no mês passado, alta de 1,58%.

Em abril, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 6 trilhões. Mesmo com a alta em outubro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 1,6%, passando de R\$ 5,834 trilhões em setembro para R\$ 5,928 trilhões em outubro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 46,12 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis vinculados a Taxa Selic (juros básicos da economia). Também contribuiu para a alta a apropriação de R\$ 47,47 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 12,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo. Página 3

SP lança novo Mutirão de Ortopedia para mais de 26 mil pacientes que aguardam cirurgias

O governador Tarcísio de Freitas anunciou na quarta-feira (29) investimento estadual de R\$ 48,5 milhões no novo Mutirão de Ortopedia da Secretaria da Saúde. A ação vai complementar repasses para procedimentos ortopédicos de média e alta complexidade em unidades de saúde de todas as regiões do estado, com o objetivo de atender mais de 26 mil pacientes que aguardam por estas cirurgias.

“É muito bom estar celebrando este Mutirão de Ortopedia para tirar, em um primeiro momento, 26 mil pessoas que estão sendo preparadas para sair da fila e fazer suas cirurgias. Aqui é um movimento que não para, a gente vai organizar a rede até o momento que não será mais preciso fazer mutirão porque a gente vai zerar essa demanda reprimida e entrar em uma situação de normalidade”, declarou Tarcísio. Página 2

Cresce número de graduados trabalhando em postos de menos escolaridade

Página 3

Esporte

Pilotos do mundial de motovelocidade retornam a pista para testes

Por Jácio Baldi

Após o título Mundial vencido por Pecco Bagnaia no domingo, os pilotos da MotoGP retornaram à pista de Valência na terça-feira para testarem as motos em que disputarão a próxima temporada. A estreia mais aguardada foi a de Marc Márquez com uma Ducati, após onze temporadas pilotando uma Honda. E o espanhol mostrou uma rápida adaptação à moto, ficando com o quarto melhor tempo, deixando um recado de que, certamente lutará pelo título em 2024. O diretor de esportes da Ducati, Paolo Ciabatti, admitiu que eles terão que gerenciar uma certa “dor de cabeça” na luta entre as equipes Ducati. “Precisamos de mostrar que somos capazes de gerir”, disse Ciabatti ao MotoGP.com. “Mostramos que, de certa forma podemos administrar situações complexas e a rivalidade entre duas equipes como aconteceu com a Lenovo e Pramac”. “Não podemos esquecer que temos sete pessoas da Ducati Corse trabalhando na Pramac, cinco pessoas na Gresini, e três na VR46”. “Todos os pilotos podem compartilhar dados, sendo algo que a Ducati pensa que pode gerir”. “Será interessante, que tenhamos algumas dores de cabeça adicionais para administrar na próxima temporada” finalizou. Ciabatti também falou sobre a manutenção de Enea Bastianini na equipe oficial, dizendo que o piloto teve um ano bastante difí-



Marquez debuta na Ducati

cil com dois acidentes sérios, mas mostrou que é um dos pilotos mais rápidos do grid e merece continuar na equipe.

Marc Márquez não conseguiu esconder sua cara de felicidade ao tirar o capacete após sua estreia com a Ducati, demonstrando que o prazer de pilotar está de volta, mesmo sendo num time independente. Os números de Marquez falam por si. Foram quarenta e nove voltas e o quarto melhor tempo do dia, sendo a segunda melhor Ducati, ficando a apenas dois décimos mais lento que seu melhor tempo com a Honda no GP de Valência, sendo que as condições de pista durante os testes estavam muito piores. Márquez não pode dar declarações à imprensa devido

a estar sob contrato com a Honda até final de dezembro. Gigi Dall'Igna disse estar curioso em ouvir os comentários do piloto sobre a moto. Marc será submetido à cirurgia da Síndrome Compartimental em seu braço direito. Essa síndrome é mais conhecida como “arm pump” e resulta em dor e dormência devido à falta de fluxo sanguíneo no músculo do antebraço. A maioria dos pilotos já realizou esse tipo de cirurgia pelo menos uma vez, mas até o momento Marc não havia demonstrado que tinha esse tipo de problema. Resumidamente, é uma cirurgia que incisiona a fascia que envolve o músculo do antebraço liberando o movimento do mesmo. Tal cirurgia normalmente é realizada

sob anestesia local.

Na Honda, Joan Mir, que trabalhará com o ex-chefe de equipe de Márquez, Santi Hernandez, disse que pela primeira vez viu uma evolução na moto japonesa. “Não tivemos muito tempo para fazer voltas rápidas, mas mesmo assim não fomos mal”. “Em termos de ritmo consegui ser forte e senti alguma confiança na moto” afirmou o ex-campeão. “Faremos alguns trabalhos de casa para a Honda chegar a Sepang com uma moto melhor”. Na Yamaha Fabio Quartararo, testou pacotes aerodinâmicos, chassi e o novo motor de sua M1. Já seu companheiro de equipe, Alex Rins, que voltou a utilizar um motor em linha

após sua última vitória ali mesmo em Valência com uma Suzuki em 2022, testou apenas aspectos aerodinâmicos na sua Yamaha. O diretor do time, Massimo Meregalli, confirmou a rápida adaptação de Rins à M1 e se demonstrou confiante: “Enviaremos todos os dados para a Yamaha Motor Company no Japão e para a Yamaha Motor Racing na Itália, onde os engenheiros da fábrica trabalharão incansavelmente para preparar os próximos passos para os testes de fevereiro em Sepang”.

A KTM, estava com a carenagem camuflada como uma zebra, e segundo seu diretor Francisco Guidotti, focaram na evolução da eletrônica e aerodinâmica. “Sabemos que o nosso motor é forte e o chassi, de fibra de carbono, é a primeira especificação da nova tecnologia: há muitas áreas onde ainda podemos trabalhar” afirmou. O campeão da Moto2, Pedro Acosta estreou na KTM-Tech3 e ficou com o 18º tempo após 70 voltas, ficando a 1.2s do melhor tempo que foi de Maverick Viñales. “Pude ver como funciona uma moto de MotoGP, com discos de carbono, os pneus e o até o combustível que é bastante difícil de gerir. A moto é muito rápida” afirmou a revelação. Os pilotos entraram em férias de inverno, voltando para novos testes em fevereiro.

SP avalia fluência leitora de crianças até dia 8 de dezembro

Fundação Seade divulga as ocupações com carteira assinada que mais cresceram em SP

Levantamento da Fundação Seade, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mostra quais foram as ocupações com maiores saldos positivos com carteira assinada no Estado de São Paulo no terceiro trimestre deste ano. No período, foram criados mais de 156.334 postos de trabalho.

Os novos postos de trabalho foram criados nos setores de Serviços (79.574), Comércio (31.924), Indústria (20.304), Construção (19.133) e Agricultura (5.399).

As ocupações que mais cresceram foram alimentador de linha de produção, com mais de 20 mil vagas, principalmente na indústria; na agricultura, trabalhador no cultivo de árvores frutíferas (5.582); nos serviços, postos para faxineiro (mais de 11 mil vagas) e auxiliar de escritório (mais de 9 mil); no comércio, o maior número de vagas abertas foram para atendentes de lojas e mercados (mais de 7 mil); e na construção, para servente de obras (mais de 10 mil).

Os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de escolas estaduais e municipais de São Paulo farão até o dia 8 de dezembro a Avaliação de Fluência Leitora. Esta é a segunda edição da prova neste ano.

A medida avalia se crianças com 7 anos de idade já dominam a leitura. A avaliação visa garantir a alfabetização dos pequenos e melhorar os resultados educacionais. A participação dos municípios é opcional. Até o momen-

to, 91% das prefeituras paulistas aderiram à iniciativa.

“Nessa segunda edição nós tivemos 588 municípios paulistas aderindo a avaliação da Seduc. A Avaliação de Fluência Leitora é mais uma das ferramentas para apoiar as escolas municipais e estaduais a desenvolverem ações para garantir a alfabetização de crianças. E também alcançar melhores resultados nos sistemas de avaliação de rendimento escolar, o SARESP, e no siste-

ma de avaliação da educação básica, que é o SAEB”, explica a técnica da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Márcia Bernardes.

A Avaliação de Fluência Leitora analisa o desempenho individual dos alunos na leitura e compreensão de textos escritos. A Secretaria da Educação compartilha com as escolas o aplicativo exclusivo do CAED, que possibilita gravar a leitura dos alunos e agilizar o acesso aos resultados.

As crianças precisam mostrar habilidade, fluidez e ritmo de leitura para serem consideradas leitoras fluentes. Na avaliação, os alunos que conseguem ler entre 45 e 60 palavras corretamente por minuto já são considerados leitores fluentes.

A avaliação será expandida em 2024. Para o próximo ano letivo, a Secretaria da Educação prevê três aplicações do exame: no começo das aulas, entre junho e agosto e no final do ano.

SP lança novo Mutirão de Ortopedia para mais de 26 mil pacientes que aguardam cirurgias

O governador Tarcísio de Freitas anunciou na quarta-feira (29) investimento estadual de R\$ 48,5 milhões no novo Mutirão de Ortopedia da Secretaria da Saúde. A ação vai complementar repasses para procedimentos ortopédicos de média e alta complexidade em unidades de saúde de todas as regiões do estado, com o objetivo de atender mais de 26 mil pacientes que aguardam por estas cirurgias.

“É muito bom estar celebrando este Mutirão de Ortopedia para tirar, em um primeiro momento, 26 mil pessoas que estão sendo preparadas para sair da fila e fazer suas cirurgias. Ai é um movimento que não para, a gente vai organizar a rede até o momento que não será mais preciso fazer mutirão porque a gente vai zerar

essa demanda reprimida e entrar em uma situação de normalidade”, declarou Tarcísio.

“A gente elegeu a saúde como nosso principal desafio e que, de fato, está sendo tratada como prioridade”, reforçou o governador. A cerimônia na sede da Secretaria da Saúde, no centro da capital, também teve a participação do secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, e do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, além de deputados, vereadores, representantes de diversas prefeituras e gestores de serviços de saúde da rede pública e conveniados ao SUS.

Com o novo investimento, o total aplicado pelo Governo de São Paulo nos mutirões de cirurgias ultrapassou R\$ 923,5 milhões

em 2023. No Mutirão de Ortopedia, os repasses serão feitos a unidades de saúde habilitadas a executar os procedimentos previstos no programa.

“Todos os hospitais conveniados ao SUS de São Paulo já podem aderir ao Mutirão de Ortopedia. A nossa tentativa é, ainda no final deste ano, chegar ao número mais próximo possível das 26 mil cirurgias. E no ano que vem, com a Tabela SUS Paulista e o incremento que vamos dar, nós podemos manter esse mutirão funcionando durante todo o ano de 2024. Entendemos que, desta forma, devemos acabar com o colapso das cirurgias de ortopedia nos próximos 24 meses”, observou o secretário Eleuses Paiva.

Com o pagamento comple-

mentar aos prestadores de serviços de saúde, a Secretaria da Saúde pretende ampliar o número de cirurgias em todo o território paulista, melhorando o atendimento e a qualidade de vida da população.

A estratégia integra ações do Governo de São Paulo para redução geral das filas de espera por cirurgias, uma demanda repressada desde a pandemia. Balanço divulgado pela Secretaria da Saúde mostra que mais de um terço das cirurgias eletivas realizadas em São Paulo em 2023 foram resultado de mutirões.

Dados atualizados no mês de setembro apontam a realização de 240.450 procedimentos, o que representa 32% do total de 746.911 cirurgias eletivas efetuadas em todo o estado neste ano.

Grandes eventos já injetaram R\$ 7,641 bilhões na economia e ajudaram na criação e manutenção de milhares de empregos este ano

Os grandes eventos realizados na cidade neste ano já injetaram na economia algo em torno de R\$ 7,641 bilhões e, até setembro, contribuíram com a criação de 24.955 empregos formais (com carteira assinada). Somente os três shows da cantora Taylor Swift, no último fim de semana, injetaram R\$ 240 milhões na soma do gasto médio por pessoa que foi ao Allianz Parque.

Em novembro, São Paulo foi palco de 25 shows internacionais – e mais de 20 nacionais. O resultado comprova que São Paulo está entre as preferidas para receber grandes espetáculos e explica por que foi eleita a “Melhor Cidade Global da Música” pela Music Cities Events.

A Prefeitura de São Paulo investe para potencializar as experiências de moradores e de quem visita a cidade para esses eventos, como a reforma do Autódromo de Interlagos que, além do Grande Prêmio de Fórmula 1, neste ano tem três festivais de música: Lollapalooza, The Town e Primavera Sound. Mesmo nos even-

tos em que não há investimento direto, como em shows realizados em estádios, a Prefeitura apoia com estrutura de trânsito e transporte por ônibus, por exemplo, além do suporte da Guarda Civil Metropolitana e Subprefeituras.

A movimentação econômica gerada somente pelo Carnaval do Sambódromo, por exemplo, foi de mais de R\$ 201,6 milhões. Foram quase R\$ 3 bilhões, se considerarmos os números do Carnaval de Rua. O impacto econômico do festival Lollapalooza Brasil 2023 foi de mais de R\$ 930 milhões. A pesquisa realizada no GP São Paulo de F1 2023 mostra uma movimentação geral de R\$ 1,64 bilhão.

São valores expressivos e que mostram como os grandes eventos que promovem entretenimento para a população são uma ótima oportunidade para a economia de São Paulo se fortalecer. Mais detalhes e outros estudos estão disponíveis no portal do Observatório de Turismo e Eventos (OTE), vinculado à SPTuris.

Além disso, somente neste ano, o Calendário de Eventos Estratégicos da Cidade de São

Paulo foi composto por mais de 30 atividades, entre shows, feiras, congressos, eventos esportivos, como corridas de rua, Marcha para Jesus, Parada LGBTQ+, festivais.

Uma dessas atividades, a Virada Cultural apresentou um impacto econômico para o turismo da cidade de R\$ 91,3 milhões, o que é significativo para um evento que tradicionalmente é de apelo local. Além disso, foi registrado 85,8% de aprovação e 97,5% dos entrevistados afirmam que a Prefeitura de São Paulo deve continuar investindo em eventos como esse.

A Marcha para Jesus é outro evento com números expressivos, com movimentação de cerca de R\$ 40 milhões, apesar de ter poucas horas de duração num único dia. Além disso, a maioria dos que frequentaram disseram que fizeram outras atividades na cidade além da Marcha: 90,5%; e 98,6% dos entrevistados pretendem voltar para a edição de 2024.

O levantamento mais recente da SPTuris mostra que setembro de 2023 teve 129 eventos com

foco em negócios, atraindo quase 2,3 milhões de participantes. Na comparação do período entre junho e setembro de 2023, ao mesmo período no ano anterior, houve um aumento de 43,4% na quantidade de eventos realizados (como feiras, como congressos, seminários etc.).

Cabe destacar que a SPTuris é contratada para apoiar operacionalmente grandes eventos, com produção, montagem, infraestrutura e fornecimento de equipamentos, sendo que as ações são realizadas sempre atendendo às necessidades dos contratantes.

Para a realização da Fórmula E, por exemplo, que foi um evento inédito no Brasil, foram necessárias adaptações e montagens na estrutura do Sambódromo, já que a corrida de carros elétricos aconteceu na passarela do samba. No Autódromo de Interlagos também são realizadas melhorias anuais para o Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1 e, este ano, especificamente, algumas intervenções para receber o festival de música The Town

Governo de SP abre licitação para instalação de radares

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), publicou no último sábado (25) o edital de licitação para contratação de serviços de fiscalização do controle de velocidade nas rodovias estaduais sob sua gestão. O

investimento previsto é de R\$ 196,8 milhões para a instalação de 649 novos pontos de radares em trechos críticos das rodovias.

A novidade é que os novos equipamentos serão mais modernos e eficientes. Além de fiscalizar a velocidade, ampliando a segurança nas rodovias, os futuros radares farão leitura automática de placas (OCR) e terão, ainda, a função de contagem de veículos, com capacidade de transmissão das informações em tempo real para o DER.

A previsão é que a instalação ocorra no primeiro semestre de 2024. O edital está disponível para con-

sulta no site: www.der.sp.gov.br. As propostas e documentação das empresas interessadas serão recebidas até as 10h do dia 8 de janeiro de 2024, na sede do DER (Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório – Ala B). A sessão de abertura dos envelopes ocorrerá a partir das 10h01 da mesma data.

arroz lambe-lambe com frutos do mar – um dos principais ingredientes presentes nesta rota gastronômica. O secretário da pasta, Roberto de Lucena, marcou presença no evento de encerramento do festival e saiu satisfeito com o resultado. “Foi simbólico a última etapa de 2023 ter sido em Santos, estância que é uma potência turística do Litoral Norte, atraindo cerca de 6,5 milhões de visitantes por ano”, disse.

Na avaliação do secretário, o Sabor de SP foi um grande sucesso. “Reunimos, nas sete etapas, um público de mais 3,8 mil pessoas, impactando tanto as ci-

dades quanto as regiões do estado que percorremos”, disse Roberto de Lucena. Desde julho, o Sabor de SP passou por Campinas, Ribeirão Preto, Registro, Aracatuba, Campos do Jordão, Águas de São Pedro e Santos. Até março de 2024, o projeto deve visitar mais três rotas turísticas.

O programa tem o apoio de instituições como o Sebrae, Fapesp, Senar, Aprecesp, Amitesp, prefeituras locais, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Secretaria Estadual da Cultura, Economia e Indústria Criativas e do instituto Fundo Social.

As prefeituras locais, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Secretaria Estadual da Cultura, Economia e Indústria Criativas e do instituto Fundo Social.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Comissão de Orçamento, presidida por Jair Tatto (PT), aprovou - com substitutivo - orçamento pra 2024, relatado por Sidney Cruz (Solidariedade). São quase 11 bilhões. Parece muito, mas não é, numa cidade com cerca de 12 milhões de almas ...

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) aposta alto no “Distrito Anhembi”, que terá tudo - via GL Events - pra voltar ao circuito mundial como maior centro mundial (latino-americano) de feiras, eventos, congressos e a passarela - do samba - que será cultural...

ASSEMBLEIA (São Paulo)

“Nunca antes neste Estado” a maior e mais importante Assembleia Legislativa do Brasil investiu tanto em propaganda institucional como na mesa dirigida pelo deputado André Prado (PL). Em tempo: é o PT que segue mandando na 1ª Secretaria ...

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) confirma que vai à posse do Javier Milei, que ontem foi diplomado - justamente pela ainda senadora Cristina Kirchner - como presidente da Argentina. Ela quase não olhou pra ele. Apenas leu sobre a própria derrota ...

CONGRESSO (Brasil)

Com a indicação do Flávio Dino - indicado pelo Lula ao Supremo - uma questão está voltando a tomar conta de parte do Senado: além de pedir votos até pros adversários, quando vai acabar o voto secreto, que muitos chamavam de “entulho autoritário”

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) tá com tudo. Após operação delicada, faz um giro pela Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Alemanha e finalmente participa da COP 28 - dita ambientalista - em Dubai. Aos 78 de idade, tá reagindo melhor que muitos jovens

PARTIDOS (Brasil)

Donos e sócios preferenciais dos atuais 29 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral seguem comemorando os cerca de 5 bilhões de Reais como Fundo Eleitoral pras eleições 2024. Será por isso também que o Novo envelheceu rápido ? ...

JUSTIÇAS (Brasil)

Ao dizer que já mudou de roupa pra não levar política pro Senado Flávio Dino (ex-governador do Maranhão pelo PC do B) chegar ao Supremo Tribunal Federal, mesmo tendo petistas que se pudessem - votariam contra, vão ter que engolir o ‘sapo’ ...

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Sabor de SP apresenta principais rotas turísticas gastronômicas de Santos

A gastronomia revela muito sobre os costumes e a história dos destinos turísticos. Este é um dos principais motes do Festival Sabor de São Paulo, promovido pela Secretaria Estadual de Turismo e Viagens (Setur-SP), com apoio do Mundo Mesa e Sistema Senac. Ao longo da temporada 2023, o projeto deu ampla visibilidade às culturas das regiões visitadas, onde também realizou a capacitação dos profissionais sobre temas importantes como linhas de crédito, normas técnicas e experiência do consumidor. O Senac Santos foi sede, no último sábado (25), da 7ª e última

etapa da temporada de 2023, que reuniu produtores e estabelecimentos da Rota Costa Mata Atlântica & Litoral Norte. Produtores de café e cerveja artesanais, fabricantes de doces e salgados e restaurantes tiveram a chance de divulgar seus produtos, além, claro, de fazer networking. Por lá, as mais de 300 pessoas que presenciam o evento não apenas degustaram, mas, também, conheceram quem está por trás das principais marcas. É o caso do chef Dário Costa, que comanda o restaurante Paru, e teve a oportunidade de mostrar, de pertinho, o preparo do

arroz lambe-lambe com frutos do mar – um dos principais ingredientes presentes nesta rota gastronômica. O secretário da pasta, Roberto de Lucena, marcou presença no evento de encerramento do festival e saiu satisfeito com o resultado. “Foi simbólico a última etapa de 2023 ter sido em Santos, estância que é uma potência turística do Litoral Norte, atraindo cerca de 6,5 milhões de visitantes por ano”, disse. Na avaliação do secretário, o Sabor de SP foi um grande sucesso. “Reunimos, nas sete etapas, um público de mais 3,8 mil pessoas, impactando tanto as ci-

dades quanto as regiões do estado que percorremos”, disse Roberto de Lucena. Desde julho, o Sabor de SP passou por Campinas, Ribeirão Preto, Registro, Aracatuba, Campos do Jordão, Águas de São Pedro e Santos. Até março de 2024, o projeto deve visitar mais três rotas turísticas. O programa tem o apoio de instituições como o Sebrae, Fapesp, Senar, Aprecesp, Amitesp, prefeituras locais, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, Secretaria Estadual da Cultura, Economia e Indústria Criativas e do instituto Fundo Social.

Dívida Pública sobe 1,58% em outubro e aproxima-se de R\$ 6,2 tri

Após uma forte queda em setembro, a Dívida Pública Federal (DPF) voltou a subir em outubro, por causa do baixo volume de vencimentos de títulos. Segundo números divulgados na quarta-feira (29) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 6,028 trilhões em setembro para R\$ 6,172 trilhões no mês passado, alta de 1,58%.

Em abril, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 6 trilhões. Mesmo com a alta em outubro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 1,6%, passando de R\$ 5,834 trilhões em setembro para R\$ 5,928 trilhões em outubro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 46,12 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis vinculados à Taxa Selic (juros básicos da eco-

nomia). Também contribuiu para a alta a apropriação de R\$ 47,47 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 12,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 72,224 bilhões em títulos da DPMFi, o volume mais baixo desde fevereiro deste ano. Com o baixo volume de vencimentos em outubro, os resgates somaram R\$ 26,107 bilhões, o volume mais baixo desde junho deste ano.

No mercado externo, a alta do dólar em outubro aumentou o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 1,05%, passando de R\$ 241,78 bilhões em setembro para R\$ 244,32 bilhões em outubro. O

principal fator foi o avanço de 1% da moeda norte-americana no mês passado.

Pelo segundo mês seguido, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu. Essa reserva passou de R\$ 810,31 bilhões em setembro para R\$ 815,6 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a emissão líquida (emissões menos resgates) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 8,7 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,284 trilhão em títulos federais.

A emissão de títulos vinculados à Selic mudou a composição da DPF. A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu levemente, de 38,58% em setembro para 39,19% em outubro. O PAF prevê que o indicador

feche 2023 entre 38% e 42%. Até recentemente, esse tipo de papel atraiu o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Taxa Selic, mas o percentual pode cair nos próximos meses por causa do ciclo de queda nos juros básicos da economia, que começou a ser reduzida em agosto.

A fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu, passando de 26,39% para 25,98%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 23% e 27%.

Nos últimos meses, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados, por causa da diminuição da turbulência no mercado financeiro e da perspectiva de queda da Taxa Selic nos próximos meses. No entanto, uma eventual volta das instabilidades no mercado pode comprometer as emissões, porque esses títulos têm demanda maior em momento

de estabilidade econômica.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF caiu levemente, passando de 30,81% para 30,65%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 29% e 33%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública passou de 4,21% para 4,18%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2023, entre 3% e 7%.

O prazo médio da DPF caiu de 4,14 para 4,09 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

As instituições financeiras seguem como principais detento-

ras da Dívida Pública Federal interna, com 28,3% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 23,4%, e os fundos de pensão, com 23,3%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com a instabilidade no mercado externo, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu, passando de 9,9% em setembro para 10,2% em outubro. O percentual atingiu o maior nível desde dezembro de 2021, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública estava em 10,6%. Os demais grupos somam 14,8% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agência Brasil)

Expectativa de vida sobe para 75,5 anos após queda na pandemia

A expectativa de vida ao nascer no Brasil, em 2022, ficou em 75,5 anos, segundo dados das Tábuas da Mortalidade, divulgados na quarta-feira (29), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado que projeta a longevidade dos brasileiros teve uma recuperação parcial no ano passado após dois anos seguidos de quedas em 2021 e 2020, quando a pandemia de covid-19 fez mais vítimas.

O estudo foi construído com base no Censo Demográfico de 2022, diferentemente dos anos anteriores, em que a expectativa de vida era calculada a partir de projeções populacionais revisadas em 2018, que eram baseadas no Censo de 2010.

A informação mostra, pela

primeira vez, os impactos da pandemia de covid-19 na expectativa de vida do brasileiro, e, com isso, o IBGE também revisou a esperança de vida ao nascer divulgada nos anos anteriores. Os números preliminares apontam que a expectativa de vida em 2020 foi de 74,8 anos, portanto, dois anos a menos do que o estimado anteriormente, de 76,8 anos. Em 2021, ano da pandemia com mais mortes, a projeção foi de 72,8 anos, ou seja, 4,2 anos a menos que os 77 anos publicados na divulgação passada.

“A gente fez uma estimativa não prevendo uma crise sanitária que afetasse os óbitos”, explicou Izabel Marri, pesquisadora do IBGE, sobre os números que foram publicados antes da revisão.

“A esperança de vida de 2022

é como se a gente recuperasse um pouco a esperança de vida em relação ao pior ano da pandemia. Passado o pior ano, o maior aumento de óbitos do mundo, a gente consegue recuperar um cálculo de esperança de vida ao nascer”, afirma Marri.

Em relação aos anos pré-pandemia, a revisão do IBGE aponta para as seguintes expectativas de vida: 2019 (76,2 anos), 2018 (76,1 anos), 2017 (75,6 anos) e 2016 (75,3 anos). Portanto, com a revisão do IBGE, a esperança de vida ao nascer em 2022 é a menor desde 2017, excluindo os anos com maior mortalidade durante a pandemia (2020 e 2021).

Marri acredita que, em 2023, cujos dados sairão apenas em 2024, a expectativa de vida continuará crescendo, recuperando as

perdas ocorridas durante a pandemia. “A gente já recuperou um pouco o nível de esperança de vida ao nascer e a gente tende a recuperar um pouco mais no próximo ano”, argumenta a pesquisadora.

Em relação aos sexos, a expectativa de vida das mulheres ficou em 79 anos, abaixo dos 80,1 anos de 2019, enquanto a dos homens ficou em 72 anos, taxa também inferior aos 73,1 anos de 2019.

A probabilidade de morte do recém-nascido - registrada em 2022 - ficou em 12,84 por mil nascidos vivos, acima dos 11,94 por mil de 2019. Entre os homens, a taxa foi de 13,94 (superior aos 12,85 de 2019), enquanto entre as mulheres foi 11,69 (maior que os 10,98 de 2019). (Agência Brasil)

IGP-M registra inflação de 0,59% em novembro, aponta FGV

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,59% em novembro. A taxa é superior ao 0,50% do mês anterior. Em novembro do ano passado, o indicador havia registrado deflação (queda de preços) de 0,56%.

Com o resultado, o IGP-M acumula deflação de 3,89% no ano e de 3,46% em 12 meses.

Apesar das quedas de preços acumuladas no ano e no

período de 12 meses, o IGP-M vem mostrando tendência de aumento de sua taxa mensal, desde julho deste ano, quando apresentou uma deflação de 0,72%, depois de uma queda de preços de 1,93% em junho.

O IGP-M ainda apresentou uma taxa de deflação de 0,14% em agosto, mas desde setembro vem mostrando inflação crescente, começando com uma alta de preços de 0,37% em setembro. (Agência Brasil)

Cresce número de graduados trabalhando em postos de menos escolaridade

O número de pessoas ocupadas que têm ensino superior completo cresceu 15,5%, entre 2019 e 2022, revela análise do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta, no entanto, é maior em ocupações que não exigem esse nível de escolaridade.

O levantamento aponta aumento de 22% no percentual de pessoas com nível superior trabalhando como balconistas ou vendedores de loja. Também cresceu 45% o número de pessoas com nível superior completo trabalhando como profissionais de nível médio de enfermagem.

O número de ocupados com ensino médio completo cresceu 7,1% e o número total de ocupados aumentou 4%. “Nesse sentido, o aumento de ocupados com maiores níveis de instrução acompanhou a ampliação da escolaridade da sociedade brasileira como um todo”, diz o Dieese, que produziu um recorte para motoristas e entregadores por aplicativo. Dos 704 mil motoristas de aplicativo, cerca de 86 mil têm ensino superior completo, excluindo os taxistas. O maior número é de profissionais com ensino médio completo (461 mil). Entre os entregadores, do total de 589 mil, cerca de 70 mil completaram o curso superior.

A tendência reflete o aumento (14,9%) do número de pessoas em idade ativa, ou seja, de 14 anos de idade ou mais, com ensino superior completo, na comparação entre 2019 e de 2022. Isso equivale a cerca de 3,7 milhões a mais pessoas com tal qualificação.

O maior crescimento percentual foi no ensino superior. No ensino médio completo, a quantidade de pessoas em idade ativa que atingiram esse nível de escolaridade cresceu 5,9% no mesmo

período. Entre os que têm ensino fundamental completo, houve queda de 4,6%. O total de pessoas de 14 anos ou mais subiu 2,9%.

O Dieese destaca, no boletim, que o fenômeno do aumento da escolarização, especialmente no ensino superior, já ocorre há vários anos em decorrência da ampliação das universidades públicas e de programas federais de acesso e financiamento às universidades privadas, principalmente a partir do início dos anos 2000.

“Porém, percebe-se cotidianamente a dificuldade das pessoas com diploma de nível superior de conseguir algum trabalho compatível com essa escolaridade, devido aos problemas estruturais da economia brasileira, que apresentam crises recorrentes e baixo crescimento, especialmente nos últimos anos”, diz o texto.

O rendimento médio, no entanto, caiu 0,5% para o total de ocupados. Entre os que têm ensino médio completo, a queda do rendimento real foi de 2,5% e, entre aqueles com ensino superior completo, de 8,7%.

No total de ocupados, o valor caiu de R\$ 2.834 para R\$ 2.819. Entre os ocupados com ensino médio completo, a média ficou em R\$ 2.140 no ano passado e, em 2019, era de R\$ 2.196. Entre aqueles com ensino superior completo os ganhos baixaram de R\$ 6.188 para R\$ 5.650.

O Dieese chama a atenção para que esses dados não sirvam de desestímulo para que pessoas de famílias de baixa renda curssem o ensino superior. “Mas, sim, para a discussão da necessidade de dinamizar e adensar a economia brasileira a fim de gerar postos de trabalho mais complexos”, diz o texto. A instituição lembra ainda que as informações mostram a necessidade de políticas públicas de financiamento para que pessoas de baixa renda acessem universidades. (Agência Brasil)

Primeira parcela do décimo terceiro deve ser paga até esta quinta

Um dos principais benefícios trabalhistas do país, o décimo terceiro salário tem a primeira parcela paga até esta quinta-feira (30). A partir de 1º de dezembro, o empregado com carteira assinada começará a receber a segunda parcela, que deve ser paga até 20 de dezembro.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário extra injetará R\$ 291 bilhões na economia neste ano. Em média, cada trabalhador deverá receber R\$ 3.057.

Essas datas valem apenas para os trabalhadores na ativa. Como nos últimos anos, o décimo terceiro dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi

anticipado. A primeira parcela foi paga entre 25 de maio e 8 de junho. A segunda foi depositada de 26 de junho a 7 de julho.

Quem tem direito Segundo a Lei 4.090/1962, que criou a gratificação natalina, têm direito ao décimo terceiro aposentados, pensionistas e quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos 15 dias. Dessa forma, o mês em que o empregado tiver trabalhado 15 dias ou mais será contado como mês inteiro, com pagamento integral da gratificação correspondente àquele mês.

Trabalhadores em licença maternidade e afastados por doença ou por acidente também recebem o benefício. No caso de demissão sem justa causa, o dé-

cimo terceiro deve ser calculado proporcionalmente ao período trabalhado e pago junto com a rescisão. No entanto, o trabalhador perde o benefício se for dispensado com justa causa.

O décimo terceiro salário só será pago integralmente a quem trabalha há pelo menos 1 ano na mesma empresa. Quem trabalhou menos tempo receberá proporcionalmente. O cálculo é feito da seguinte forma: a cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o empregado tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro. Dessa forma, o cálculo do décimo terceiro considera como um mês inteiro o prazo de 15 dias trabalhados.

A regra que beneficia o trabalhador o prejudica no caso de

excesso de faltas sem justificativa. O mês inteiro será descontado do décimo terceiro se o empregado deixar de trabalhar mais de 15 dias no mês e não justificar a ausência.

O trabalhador deve estar atento quanto à tributação do décimo terceiro. Sobre o décimo terceiro, incide tributação de Imposto de Renda, INSS e, no caso do patrão, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. No entanto, os tributos só são cobrados no pagamento da segunda parcela.

A primeira metade do salário é paga integralmente, sem descontos. A tributação do décimo terceiro é informada num campo especial na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física. (Agência Brasil)

Pesquisa da CNT mostra que 67% das rodovias brasileiras têm problemas

Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) indica que 67,5% das rodovias brasileiras têm sua extensão classificada como regular, ruim ou péssima, enquanto 32,5% foi classificada como ótima ou boa. “Os percentuais demonstram uma relativa estabilidade no estado geral da malha rodoviária brasileira, em comparação com os resultados do ano passado, que apresentavam, respectivamente, 66% e 34% para os mesmos níveis de classificação”, avaliou a entidade.

Os números fazem parte da 26ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada na quarta-feira (29), em parceria com o Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. O levantamento deste ano avaliou 111.502 quilômetros de rodovias pavimentadas, o que corresponde a 67.659 quilômetros da malha federal e a 43.843 quilômetros dos principais trechos estaduais.

A classificação do estado geral compreende três caracterís-

tenças prioritárias em 2024, em consonância com as prioridades do transporte e da logística do país”, informou a CNT.

A pesquisa mostra que a falta de qualidade da pavimentação das rodovias impacta no preço do frete e, consequentemente, no preço dos produtos para o consumidor final. “Sem rodovias de qualidade, o consumo de combustível fóssil e a emissão de gases também aumentam. Esses prejuízos são calculados no âmbito da sustentabilidade, por meio do desperdício de óleo diesel”, explica a entidade.

A estimativa da CNT é que, este ano, 1,139 bilhão de litros de diesel sejam consumidos de forma desnecessária pela modalidade rodoviária do transporte nacional. A queima dessa quantidade de combustível fóssil deve resultar na emissão de 3,01 milhões de toneladas de gases poluentes na atmosfera.

O estudo mostra que as rodovias públicas, que representam 76,6% da extensão pesquisada este ano, apresentam percentuais maiores de avaliações

negativas (77,1%). Já entre as rodovias concessionadas, que representam 23,4% da extensão pesquisada em 2023, 64,1% da extensão da malha foram classificadas como boa e ótima.

Os principais pontos críticos registrados nas rodovias brasileiras, e citados pela CNT, incluem quedas de barreiras, erosões nas pistas, buracos grandes, pontes caídas e pontes estreitas. “Tratam-se de problemas na infraestrutura que interferem na fluidez dos veículos, oferecendo riscos à segurança dos usuários, aumentando significativamente a possibilidade de acidentes e gerando custos adicionais ao transporte”, alerta.

Dentre as intervenções classificadas como prioritárias pela entidade, estão a eliminação de 2.684 pontos críticos, sendo 207 quedas de barreiras; cinco pontes caídas; 504 erosões nas pistas; 1.803 unidades de coleta com buracos grandes; 67 pontes estreitas; e 62 outros tipos de pontos críticos que possam atrapalhar a fluidez da via. (Agência Brasil)

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

FATO RELEVANTE

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Geratiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, (“Securizadora” ou “Virgo”), na qualidade de credora da CPR-F (conforme abaixo definida), e Emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 112ª Emissão da Virgo (“Termo de Securitização” e “Emissão CRA 112”), lastreados na Cédula de Produto Rural Financeira nº 001/22 (“CPR.F”), emitida, em 29 de março de 2022, pela DFG S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Campo Verde, Estado do Mato Grosso, na Rodovia BR 070, KM 361 + 17KM a Esquerda - Caixa Postal 217, nº 0, Zona Rural, CEP 78840-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.551.577/0001-69 (“DFG S.A” ou “Devedora”), vem, por meio deste, informar, em continuidade ao Comunicado ao Mercado, publicado pela Virgo, em 01º de novembro de 2023, e ao Fato Relevante, publicado em 03 de novembro de 2023, que a Devedora, nesta data, efetuou o pagamento da parcela de Remuneração em atraso, prevista para 03 de novembro de 2023, com todos os Encargos Moratórios, sendo certo que o pagamento da parcela de Remuneração do CRA será feita, pela Emissora, em 30 de novembro de 2023. A Virgo permanecerá a tomar as providências necessárias. Permanecem à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 28 de novembro de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor de Relações com Investidores



Lula destaca investimentos brasileiros em energia verde

Em discurso a empresários brasileiros e sauditas, na quarta-feira (29), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou sobre as oportunidades de investimento no Brasil, destacando os projetos em energias verdes. Lula está em Riade, na Arábia Saudita, primeira parada da viagem ao Oriente Médio onde também participa da 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 28), em Dubai, nos Emirados Árabes.

“No Brasil, nós estamos levando muito a sério essa questão da energia renovável. E vocês já sabem que nossa energia elétrica é quase 90%, totalmente, renovável. O potencial do Brasil e das energias é muito grande, e nós queremos construir parceria com vocês e que sejam sócios do Brasil no desenvolvimento dessa nova matriz que o mundo precisa, que o mundo sonha e que nós podemos oferecer”, disse, no encerramento do fórum empresarial organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e pelo governo saudita.

Assim como a Arábia Saudita é um dos países mais importantes na produção de petróleo e gás no mundo, Lula acredita que o Brasil pode ser um centro na produção de energias alternativas e, daqui a 10 anos, poderá ser chamado de “a Arábia Saudita da energia verde”. “É para isso que nós estamos trabalhando”, disse, reafirmando ainda o compromisso do Brasil em alcançar o

desmatamento zero até 2030. “Nós precisamos, todos, trabalhar com muita responsabilidade para descarbonizar o planeta, para que a gente possa viver de forma mais digna, com melhor qualidade de vida e sem medo de que nós estamos destruindo a casa onde moramos”, disse, alertando para os efeitos das mudanças climáticas.

Lula defendeu que o Brasil possui uma boa base intelectual e científica-tecnológica, empresas de ponta, além de um sistema financeiro sólido, e chamou os empresários sauditas a construírem parcerias com as empresas brasileiras. “Para que as empresas brasileiras gerem desenvolvimento no Brasil, mas grem o desenvolvimento também na Arábia Saudita. Que a gente gera emprego no Brasil, mas que gere emprego na Arábia Saudita. E que a gente possa vender ao mundo as coisas com melhor qualidade para que o mundo possa sobreviver”, disse, citando ainda parcerias nas áreas industrial e do agronegócio.

Como exemplo, Lula também citou a possibilidade de investimentos em fertilizantes, para “dar uma garantia ao mundo com a incerteza criada pela guerra da Rússia na Ucrânia”. A Rússia é um grande fornecedor de insumos, mas sofre um forte embargo econômico por causa de invasão militar na Ucrânia, o que impactou o comércio global desses produtos. “Nós estamos falando de

crescimento econômico e desenvolvimento quando parte do mundo fala em guerra”, disse Lula, defendendo ainda o diálogo para a resolução dos atuais conflitos pelo mundo. “A guerra, ela não traz nada a não ser miséria e morte”, ressaltou.

Brics e COP 30

Ainda, Lula cumprimentou os sauditas pela entrada do país no Brics - bloco composto por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. A partir de janeiro de 2024, Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã integrarão o grupo.

Na oportunidade, o presidente cobrou aportes do país do Oriente Médio no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), para financiamento de mais países. “A Arábia Saudita precisa ajudar a fortalecer o banco do Brics para que a gente possa mudar a faceta com os bancos multilaterais, para que eles possam financiar o desenvolvimento dos países mais pobres, sem taxas de juros escorchantes que termina por matar qualquer possibilidade de investimento dos países”, disse.

Em 2025, o Brasil presidirá o Brics e também sediará a COP 30, em Belém, no Pará. O presidente convidou o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, que tem a função de chefe de Estado, a atuar junto ao Brasil nesses eventos e a visitar o país na ocasião da COP 30.

Lula e Salman se reuniram na terça-feira (28) em Riad. Os dois líderes estimam que as transações comerciais entre os dois países podem saltar dos atuais US\$ 8 bilhões para US\$ 20 bilhões até 2030.

“A partir dessa reunião outras dezenas de reuniões vão acontecer, porque o compromisso meu e o compromisso da Sua Alteza, o príncipe herdeiro, é de que nós vamos cobrar de vocês a execução de uma política mais ousada, de uma política mais corajosa, porque o mundo está precisando de bons exemplos. E o Brasil e a Arábia Saudita podem ser esse exemplo de dinamismo”, disse Lula aos empresários.

O presidente ainda participou de outro evento em Riad, de promoção de produtos da empresa brasileira Embraer. Na sequência, seguiu para Doha, no Catar, onde também aproveitará o contato com lideranças políticas e empresariais para aprofundar e diversificar a relação bilateral.

Além disso, o presidente deve tratar da guerra entre Israel e o grupo político-militar palestino Hamas, que controla da Faixa de Gaza. O Catar é um interlocutor junto ao Hamas para negociações em relação ao conflito.

As agendas no Catar ocorrem na quinta-feira (30). No mesmo dia, na sequência da visita ao Oriente Médio, a comitiva presidencial desembarca em Dubai, nos Emirados Árabes, para participar da COP 28. (Agência Brasil)

Jornal ODIAS

Ligue:

3258-1822

3258-0273

REAL ESTATE XV INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 17.947.891/0001-90 - NIRE 35.300.452.216

AVISO DE EXTRAVIO DE LIVROS SOCIAIS

A Companhia, com sede na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Sala P, Itaim Bibi, CEP 01453-000, São Paulo/SP, comunica o extravio dos seus seguintes livros sociais: Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº 1, Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração nº 1 e Livro de Registro de Atas da Diretoria nº 1.

Condubrore S/A

CNPJ/MF nº 58.725.128/0001-00

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Na qualidade de diretora da CONDUBRORE S/A (“Companhia”), convocoo os acionistas da Companhia a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, excepcionalmente, na Avenida Paulista, 1294 - 8º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-100, NIRE 35.300.119.410, CNPJ/MF 58.725.128/0001-00, no dia 13 de dezembro de 2023, às 11 horas, para deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (a) a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; (b) a reeleição de Cláudio Carvalho Teixeira para ocupar o cargo de Diretor da Companhia, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da resolução desta Assembleia Geral Extraordinária. Solicitamos que os acionistas interessados legas dos acionistas apresentem, no ocassio, procuração com poderes para comparecer e votar todas as matérias da Ordem do Dia.

São Paulo (SP), 27 de novembro de 2023.

Cláudio Carvalho Teixeira - Diretora.

“MOINHO PROGRESSO SA

CNPJ N. 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 06 de Dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Moinho Progresso SA (as acções) a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 135 da Lei 6404/76, em sua sede social à Rua Emílio Goleli n. 95, às 11 horas do dia 06 de dezembro de 2023, para deliberarem sobre alteração no Estatuto Social da empresa, visando a atualização do endereço da sede social e complementação do objeto social da companhia (artigos 1º, 1º, 2º do Estatuto). A proposta de alteração encontra-se disponível na sede da companhia de acordo com o artigo 135, parágrafo 3º para conhecimento de todos os acionistas. As propostas a serem aprovadas podem ser requeridas presencialmente junto à companhia ou pelo e-mail: admin@moinhooprogresso.com.br, endereço à Sra. Adriane. São Paulo, 27 de novembro de 2023. Yung Chu Ching - Presidente do Conselho de Administração.” (28-29-30)

S.N.P.F. PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 20.702.318/0001-21 - NIRE 35.228.561.280

EXTRATO DA 6ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular da 6ª Alteração de Contrato Social, as partes a saber: Samuel Secher, RG 8.873.305-1 SSP/SP e CPF 022.706.878-50, Nícia Trompeter Secher, RG 35.806.658-X SSP/SP e CPF 453.847.598-01, e Patricia Secher Redenschi, RG 35.940.158-2 SSP/SP e CPF 415.948.148-56; Únicos sócios da sociedade empresária limitada S.N.P.F. Participações Ltda., NIRE 35.228.561.280 e CNPJ 20.702.318/0001-21, resolvem, por unanimidade: **Da Redução do Capital Social:** As sócias aprovam, por unanimidade, a redução do capital social de R\$ 2.174.818,00 para R\$ 280.000,00, por ser excessivo ao objeto da sociedade. Fica alterado o artigo 5º para refletir esta redução. “As quotas pertencentes à totalidade dos sócios ficam gravadas com cláusulas de inpermanibilidade e incomunabilidade, sob qualquer forma ou condição. Não podendo, em hipótese alguma, ser transferidas ou cedidas a terceiros. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas estes respondem solidariamente pela integralização do capital social.” **Da Ratificação e Consolidação do Contrato Social:** 6º. Os sócios decidem, sem quaisquer restrições, aprovar a ratificação das cláusulas e condições do contrato social não alteradas pelo presente instrumento, bem como consolidar o Contrato Social. Sócios: Samuel Secher, Nícia Trompeter Secher, Felipe Trompeter Secher, Patricia Secher Redenschi.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1079782-64.2022.8.26.0000(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AO Sr. FRANCISCO LARIZZA NETO, YOLANDA FELIX LARIZZA, PEDRO PEZONIA, LEIDA DARBONE BATISTA VICENTE LARIZZA FILHO, CÉLIA REGINA PIRES LARIZZA, NELSON GONÇALVES e LUÍZA MARTINS GONÇALVES, RÉUS INTERESADOS, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUALS INTERESSADOS, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Armando Albertini e Maria Elza Marchena ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Elísio Ferreira, nº 261, Cidade São Mateus, São Paulo/SP, CEP: 03964-010, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se a presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL II – SANTO AMARO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1057138-07, 2021.8.26.0002 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). LEONARDO FERNANDO DE SOUZA ALMEIDA, na forma da Lei. FAZ SABER (a) CRISTIANE MARIA MARTINS, RG 268382177. CPF 16837936877, com endereço à Rua Diogo Rodrigues, 32, Casa 03, Parque Ipe, CEP 05762-040, São Paulo – SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de CENTRO EDUCACIONAL CONCORDIA LTDA, e outro, alegando em síntese que a ré não cumpriu com os pagamentos devidos ao Centro Educacional Concórdia LTDA e Associação Educacional Urupuru pelos serviços educacionais prestados. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e lermos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flurá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de agosto de 2023.

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

AVISO DE LICENÇA

A empresa **Evoilt V - Londrina Transmissora de Energia S.A.**, Pessoa Jurídica, CNPJ nº 08.232.879/0001-09, torna pública o Inscrito Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 23 de novembro de 2023 a renovação da Licença de Operação nº 979 válida até 20/11/2033 para a Linha de Transmissão de Energia em 230 kV, e operação de SE Jaguariava e SE Itararé II, instalada nos municípios de Jaguariava/PR, Sengés/PR e Itararé/SP.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 54ª E 55ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 54ª e 55ª Séries 4ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivitiba, nº 207, ç 162, Butantã, São Paulo, SP - CEP 05501-900 (“CRI”, “Titulares dos CRI”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilbert Sabino nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 (“Agente Fiduciário”), e representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para a Assembleia Geral (“Asssembleia”), a ser realizada em **20 de novembro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 15.4. do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 14 de novembro de 2019, (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) Aprovar anuência prévia para a substituição da LOCALPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (“Fiadora”) na qualidade de Fiadora, conforme definido nos Documentos da Operação, pela FHV PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A., inscrita no CNPJ/ME Nº 96.612.585/0001-70, com NIRE: 35.300.466.195, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Minas de Prata, nº 30, 3º andar, conji. 32, sala H, Vila Olímpia, CEP 04552-080 (“Nova Fiadora”), nos termos e condições descritas no Material de Apoio a ser disponibilizado no site da Emissora, sem a necessidade de realização de audiência legal para a Nova Fiadora, ficando consignado que os documentos necessários para a formalização deverão ser celebrados em até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da assembleia; (b) Autorizar a redução do Limite Mínimo do Fundo de Reserva, conforme definido no Termo de Securitização, para que seja equivalente a 3 (três) primeiras parcelas de pagamento dos CRI, durante toda a vigência da Operação, assim como a liberação pela Securitizadora a Devedora dos recursos presentes no referido Fundo que excederem o novo Limite Mínimo do Fundo de Reserva; e (c) Caso aprovados os itens (a) e (b) da Ordem do Dia, aprovar a utilização do Fundo de Reserva para custeio da elaboração dos aditamentos aos documentos da operação a fim de formalizar as alterações pleiteadas, ficando consignado que em caso de insuficiência de recursos a Devedora ficará responsável pelo custeio. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.com.br; (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br; (iii) no site da Emissora deixo registrado, para fins de acesso à realização da Assembleia, no endereço de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 50% mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos da cláusula 15.4. do Termo de Securitização. As deliberações em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI serão tomadas por Titulares dos CRI que representem a maioria dos CRI em circulação presentes na Assembleia, nos termos da cláusula 15.8. do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aos Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.com.br com cópia para juridico@virgo.com.br e ao Agente Fiduciário para rdg@vortex.com.br e atendimento@vortex.com.br (iv) Ratificar a contratação do assessor legal Demarets Advogados para representação do Agente Fiduciário, a ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, com vigência de até 12 (doze) meses e obedecidas as demais condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI (“Titular de CRI”) poderá atuar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância, juntamente com declaração a respeito da identidade ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo.com.br>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela IC-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. O envio da manifestação de voto à distância, sem o preenchimento e assinatura da declaração a respeito ou não de conflito de interesse prevista na mesma minuta, inviabilizará o respectivo cômputo do voto do Titular dos CRI. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora ou ao Agente Fiduciário interpretar o conteúdo do voto em caso de divergência entre a manifestação de voto à distância e da manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 30 de novembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Primeira Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 240ª e 241ª Séries

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 240ª e 241ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Securitizadora”, respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 240ª e 241ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em 2ª convocação para a Primeira Assembleia Geral dos Titulares dos CRI (“AGT”), a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2023, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Securitizadora, para que deliberem sobre a aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em junho de 2023 em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do “voto” está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprovem a representação legal do Titular do CRI; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 28 de novembro de 2023. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Primeira Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Securitizadora”, respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em 2ª convocação para a Primeira Assembleia Geral dos Titulares dos CRI (“AGT”), a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2023, às 15h00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Securitizadora, para que deliberem sobre a aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em junho de 2023 em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do “voto” está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 28 de novembro de 2023. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

vivo LEILÕES ON LINE

Data: 01 de dezembro de 2023 às 14h00

APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS E SUICATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNIONAMENTO

Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1882, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.frazaoleiloes.com.br

Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

CONEXÃO - Cooperativa de Trabalho e Serviços dos Profissionais da Área de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da CONEXÃO - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE, inscrito no cadastro nacional de pessoas jurídicas nº 44.179.275/0001-00, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Gomes de carvalho, nº 911 - Vila Olímpia - São Paulo/SP CEP: 04547-003; através de seu presidente em exercício, Sr. Reginaldo de Paula Botelho e dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 45º, pelo presente EDITAL e na forma de seu Estatuto Social, CONVOCA a todos os seus cooperados para a Assembleia Geral ordinária nos termos do artigo 35º do Estatuto Social, que se realizará na Rua R. Gomes de carvalho, nº 911 - Vila Olímpia - São Paulo/SP CEP: 04547-003, em 11 dezembro 2023, em 1ª convocação às 18h00, com 2/3 (dois terços) dos associados; em 2ª convocação às 19h00, com a metade mais um dos associados; e em 3ª e última convocação às 20h00, cuja realização depende do quórum mínimo de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, para deliberação de assuntos de interesse da Cooperativa e de seus associados, conforme a seguir: **ORDEM DO DIA I. Eleição para o cargo de Conselho Fiscal; II. Demais assuntos de interesses dos associados.** São Paulo, 29 de novembro de 2023. Reginaldo de Paula Botelho – Presidente.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Quarta Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 297ª e 298ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 297ª e 298ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Securitizadora”, respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 297ª e 298ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em 2ª convocação para a Quarta Assembleia Geral dos Titulares dos CRI (“AGT”), a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2023, às 16 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Securitizadora, para que deliberem sobre a aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em junho de 2023 em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do “voto” está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprovem a representação legal do Titular do CRI; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 28 de novembro de 2023. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Primeira Assembleia das 366ª e 367ª Séries

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 366ª e 367ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Securitizadora”, respectivamente), nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 366ª e 367ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em 2ª convocação para a Primeira Assembleia Geral dos Titulares dos CRI (“AGT”), a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2023, às 17h00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Securitizadora, para que deliberem sobre a aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em junho de 2023 em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do “voto” está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado. São Paulo, 28 de novembro de 2023. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

OLIVEIRA TRUST DTMV S.A.

CNPJ nº 113.876/0001-36

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 638ª E 639ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., Agente Fiduciário, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132 - parte, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 (“Agente Fiduciário”), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 638ª e 639ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da FORTE SECURITIZADORA S.A. (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em **primeira convocação**, para a Assembleia Geral (“Asssembleia”), a ser realizada em **20 de novembro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado, pelo Agente Fiduciário, aos Titulares de CRI Credenciados (conforme definido abaixo), sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave, para deliberar sobre os assuntos que compõem a **Ordem do Dia, conforme abaixo:** (i) Aprovar a contratação da BSI Capital Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ nº 12.571.252/0001-01, como nova companhia securitizadora, a ser responsável pela operação em razão da aprovação de destituição da Forte Securitizadora S.A. (“Antiga Securitizadora”), nos termos do item (v) das deliberações da Assembleia Geral de Titulares dos CRI realizada em 18 de outubro de 2023, cujos termos são integralmente ratificados; (ii) Revogar o item (v) das deliberações da Assembleia Geral de Titulares dos CRI realizada em 18 de outubro de 2023, cancelando de maneira imediata a outorga de poderes de representação concedida ao Escritório de Advocacia Ferro, Castro Neves, Dalto & Gomide Sociedade de Advogados na qualidade de representante da Antiga Securitizadora na prática dos atos indicados na referida Assembleia Geral; (iii) Caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, aprovar a contratação do novo assessor Demarets Advogados para defesa dos interesses dos Titulares de CRI, do Agente Fiduciário na qualidade de representante da CRI ou da Nova Securitizadora; (iv) Caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, aprovar a contratação do administrador do Patrimônio Separado em qualquer processo em que os serviços jurídicos sejam necessários para (a) defesa do Patrimônio Separado e dos direitos dos Titulares dos CR e (b) tomar todas as medidas eventualmente necessárias para a correta assunção do Patrimônio Separado pela Nova Securitizadora; (v) Ratificar a contratação do assessor legal Demarets Advogados para representação do Agente Fiduciário, a ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular do CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, com vigência de até 12 (doze) meses e obedecidas as demais condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI (“Titular de CRI”) poderá atuar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância, juntamente com declaração a respeito da identidade ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo.com.br>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela IC-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. O envio da manifestação de voto à distância, sem o preenchimento e assinatura da declaração a respeito ou não de conflito de interesse prevista na mesma minuta, inviabilizará o respectivo cômputo do voto do Titular dos CRI. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para a



Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para o ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **o. Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. **p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado em 1º/01/2022. A Companhia adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porém não identificou nenhum impacto. **(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)** - As alterações emitidas em 2020 visam a esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º/01/2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º/01/2024. Devido a essa norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. **A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (ii) Imposta diferida relacionada a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 22)** - As alterações limitam o ZEPUS FIDC na aplicação inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º/01/2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. **(iii) Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: **Controles de Seguros**; **Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26)**; **Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23)**.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
CSLL - faturamento	221	220	-	-
ISS a recuperar anos anteriores	21	81	-	-
Imposto pago a maior	1	59	-	-
Outros impostos a recuperar	-	21	-	-
Depósito Judicial	-	-	-	-
Total	1.394	1.295	6	29

(iv) Aplicações financeiras: a. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - A Companhia mantém investimento em cotas de fundos de investimento, debêntures e títulos públicos no consolidado. Tais investimentos são realizados mediante aplicação em cotas de fundos fechados, que não permite resgate, e que possuem prazo de vencimento a partir de dez anos desde a constituição de tais fundos. Essas aplicações financeiras são marcadas a mercado, cuja alteração no valor justo do ativo é reconhecida em "Outros resultados abrangentes", exceto ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável e ganhos e perdas de câmbio, se aplicável, até que o ativo financeiro seja desreconhecido ou reclassificado. Quando o ativo financeiro for desreconhecido, o ganho ou a perda acumulada, anteriormente reconhecido em outros resultados abrangentes, deve ser reclassificado do patrimônio líquido para o resultado como ajuste de reclassificação. A Companhia optou por classificar essas aplicações como VJORA, uma vez que essas aplicações são mantidas dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, bem como pelo fato de os termos contratuais representados pelos regulamentos desses fundos não originam em datas especificadas a fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor dos recursos investidos. A tabela abaixo demonstra a relação de aplicações financeiras que o Grupo detém:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
G5 BRJUS Fundos de Investimentos (1)	2.619	5.363	-	-
ZEUS FIDC NP Padronizados (2)	-	-	5,520	5
Letras do Tesouro Nacional - LTN (3)	-	-	-	-
Debêntures (3)	-	-	-	-
G5 Feeder Delta FIM Crédito Privado IE (3)	-	-	411	-
G5 Fundo de Investimento Renda Fixa Referência DI (3)	-	-	39	-
Cédulas de Recebíveis Imobiliários (3)	-	-	3	-
Total	2.619	18.794	6.040	5

(1) G5 BRJUS FIDC: Os instrumentos financeiros do Grupo incluem a aplicação direta no G5 ZEUS FIDC NP, um fundo de investimento creditício, que investe em precatórios. Uma vez que o Grupo espera receber os fluxos de caixa (principal mais ganho de capital) ao longo da manutenção desse investimento e também pode realizar a venda desse ativo em momento oportuno, classificamos essa aplicação como VJORA. No exercício houve a cisão parcial de cotas do G5 BRJUS FIDC para fazer frente à integralização de cotas do G5 Emerivera Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior ("G5 Emerivera"), conforme item (b) abaixo. (2) ZEUS FIDC NP: Os instrumentos financeiros do Grupo incluem a aplicação no G5 ZEUS FIDC NP, um fundo de investimento creditício em ativos estrangeiros. Uma vez que o Grupo espera receber os fluxos de caixa (principal mais ganho de capital) ao longo da manutenção desse investimento e também poderia realizar a venda desse ativo em momento oportuno, classificamos essa aplicação como VJORA. Em 2022, o Grupo optou por reclassificar esse investimento para VJR em função da mudança nas características desse investimento, podendo agir ser resgatado pelo Grupo, conforme prazos e condições estabelecidas no Regulamento. (3) Para 2021, as aplicações financeiras referiam-se a composição da carteira do G5 Max FI RF CP, fundo exclusivo que a Companhia detinha 100% de participação, logo estava consolidando essas aplicações em suas demonstrações financeiras. Uma vez que o Grupo esperava receber os fluxos de caixa (principal mais ganho de capital) ao longo da manutenção dessas aplicações e também podia realizar a venda das cotas do fundo investidor, classificamos essa aplicação como VJORA. O G5 Max FI RF CP teve suas atividades encerradas em 15/03/2022, portanto o Grupo recebeu a amortização das cotas. **a.1. Ganhos e perdas acumulados incluídos no ORA** - No exercício de 2022 foi registrado o valor negativo de R\$ 2.786 (positivo de R\$ 2.847 em 2021) a título de "ajuste a valor justo" em "Outros resultados abrangentes". A variação negativa dessa rubrica no patrimônio líquido se explica pelo resgate total do fundo G5 Max, da mudança na classificação do ZEUS FIDC passivo de VJORA para VJR, uma vez que este passou a operar sob o regime de condomínio aberto e da cisão parcial de cotas do G5 BRJUS FIDC para fazer frente à integralização de cotas do G5 Emerivera. Todo ganho de capital das aplicações supracitadas acumulados desde o início do período de investimento foram transferidos para o resultado operacional do período.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Contas correntes	1.242	1.303	1	4
Aplicações financeiras (*)	32.026	27.783	3.049	721
Caixa e equivalentes de caixa	33.268	29.086	3.050	725

(*) A Companhia pode investir seu excedente de caixa em aplicações financeiras de baixo risco de crédito, baixa volatilidade e liquidez rápida, como fundos DI, fundos de renda fixa, CDB, ou outros instrumentos financeiros de baixo risco.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Abertura das Aplicações Financeiras	5.479	8.803	3.049	721
Itaú Renda Fixa Referenciado DI VIP FICFI	-	-	-	-
Itaú Corp Plus Renda Fixa Referenciado	-	-	-	-
DI - FICFI	7.855	15.224	-	-
BTG Digital Digital Tesouro Selic Simples	-	-	-	-
FI RF	4.662	3.756	-	-
G5 Fundo de Renda Fixa Referenciado DI	14.030	-	-	-
Aplicações Financeiras	32.026	27.783	3.049	721

5. Contas a receber de clientes: a. Composição - Em 31/12/2022 e 2021, o saldo de contas a receber de clientes é composto a seguir:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Taxa de gestão a receber	7.000	1.248	-	-
Serviços de consultoria a receber	551	7.843	-	-
Contas a receber de clientes	7.551	9.091	-	-

b. Provisão para perdas esperadas - Abaixo a matriz com a descrição dos períodos de vencimento do contas a receber da Companhia.

Aging dos títulos de 2022	Taxa média de Saldo contábil		Provisão para perda esperada (*)	
	perda esperada	bruto	perda esperada	bruto
A vencer	0%	6.734	-	-
Vencidos de 1 a 30 dias	5,32%	134	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	16,89%	226	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	100%	457	-	-
Total	7,551	-	-	-

Aging dos títulos de 2021	Taxa média de Saldo contábil		Provisão para perda esperada (*)	
	perda esperada	bruto	perda esperada	bruto
A vencer	0%	8.055	-	-
Vencidos de 1 a 30 dias	5,32%	134	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	16,89%	370	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	100%	532	-	-
Total	9,091	-	-	-

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas - No exercício findo em 31/12/2022 não há provisão para perdas esperadas.

31 dezembro de 2021	Consolidado		
	G5 M&A	G5 Wealth	G5 BVI
Saldo inicial	387	-	-
Adição	-	-	-
Baixa para perda	(387)	-	-
Saldo Final	-	-	-

Quando é identificado um título vencido, a Companhia estima qual o grau de recuperabilidade do crédito inadimplente e a probabilidade de default do crédito, a partir de análises a Companhia realiza uma provisão para perdas esperadas. Durante 2021 a Companhia realizou a baixa para perda de provisão para perdas esperadas na controlada G5 Wealth, uma vez que a Administração não espera que tais títulos sejam recuperáveis.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
IRRF s/ aplicação financeira	60	29	60	29
IRRF - faturamento	652	465	-	-
PIS - faturamento	75	75	-	-
Cofins - faturamento	344	345	-	-

8. Investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto: (i) Movimento dos Investimentos - A movimentação dos investimentos em controladas, apresentadas nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

Controladora	2022		2021	
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Controlada direta	2021	2021	2021	2021
Controlada G5 Partners Consultoria e Participações Ltda.	41.792	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	41.792	-	-	-

Controlada direta	2020		2021	
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Controlada G5 Partners Consultoria e Participações Ltda.	51.839	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	51.839	-	-	-

Coligada	2021		2022	
	Aquisição	Equivalência em ORA	Participação em ORA	Dividendos recebidos
G5 Gestora de Recursos Ltda.	588	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	588	-	-	-

Coligada	2020		2021	
	Aquisição	Equivalência em ORA	Participação em ORA	Dividendos recebidos
G5 Gestora de Recursos Ltda.	139	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	139	-	-	-

Controlada direta	2022		2021	
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Controladas e coligadas indiretas	79,9%	18.766	44.634	5.921
G5 Partners Consultoria e Participações Ltda.	98,4%	16.196	-	4.072
G5 Administradora de Recursos Ltda.	99,99%	18.979	-	3.059
G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais	49,99%	2.141	20	219
G5 Gestora de Recursos Ltda.	49,99%	2.141	20	219

Controlada direta	2022		2021	
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Controladas e coligadas indiretas	79,9%	18.766	44.634	5.921
G5 Partners Consultoria e Participações Ltda.	98,6%	17.332	-	2.637
G5 Administradora de Recursos Ltda.	99,99%	3.982	-	388
G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais	100%	7.878	-	2
G5 Max Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura	49,9%	1.423	57	305
Renda Fixa Crédito Privado	100%	-	-	-
G5 Gestora de Recursos Ltda.	100%	-	-	-

Imobilizado - Custo	2022		2021	
	Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	593	39 (341)	291
Móveis e utensílios	10%	587	234 (148)	1.473
Equipamentos de informática	20%	1.609	327 (850)	1.086
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10%	3.681	348	4.029
Telefonia	10%	24	-	24
Arrendamentos CPC 06 (R2) cada contrato	-	8.678	3.234	11.912
Total custo histórico	15.972	4.182	(1.339)	18.815

Imobilizado - Depreciação	2022		2021	
	Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	(625)	32	(593)
Móveis e utensílios	10%	(651)	(74)	(725)
Equipamentos de informática	20%	(1.714)	(132)	(1.846)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10%	(2.527)	(388)	(2.915)
Telefonia	10%	(9)	(2)	(11)
Arrendamentos CPC 06 (R2) cada contrato	-	(3.885)	(1.924)	(5.879)
Depreciação acumulada	(9.379)	(2.622)	(1.201)	(6.593)
Imobilizado líquido	6.593	1.560	(1.339)	6.814

Imobilizado - Custo	2022		2021	
	Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	579	14	593
Móveis e utensílios	10%	1.387	-	1.387
Equipamentos de informática	20%	1.299	310	1.609
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10%	3.546	135	3.681
Telefonia	10%	24	-	24
Arrendamentos CPC 06 (R2) cada contrato	-	7.844	834	8.678
Total Custo Histórico	14.679	1.293	-	15.972

Imobilizado - Depreciação	2022		2021	
	Taxas de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	(625)	32	(593)
Móveis e utensílios	10%	(519)	(132)	(651)
Equipamentos de informática	20%	(1.330)	(384)	(1.714)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10%	(2.192)	(335)	(2.527)
Telefonia	10%	(7)	(2)	(9)
Arrendamentos CPC 06 (R2) cada contrato	-	(2.098)	(1.787)	(3.885)
Depreciação acumulada	(6.771)	(2.608)	(1.201)	(6.593)
Imobilizado líquido	7.908	(1.315)	-	6.593

Intangível - Custo	2022		2021	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Licença de uso de software	433	74	-	507
Intangível - Amortização	(187)	(7)	-	(194)
Licença de uso de software	(187)	(7)	-	(194)
Intangível líquido (Total)	246	67	-	313

Intangível - Custo	2022		2021	
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Licença de uso de software	319	114	-	433
Intangível - Amortização	(120)	(67)	-	(187)
Licença de uso de software	(120)	(67)	-	(187)
Intangível líquido - Total	199	47	-	246

Resumo consolidado	31/12/2022		31/12/2021	
	Imobilizado líquido	6.814	1.560	6.593
Intangível líquido	313	246	-	-
Imobilizado e intangível d. Depreciação - Consolidado	7.127	6.839	-	-

Resumo consolidado	31/12/2022		31/12/2021	
	Imobilizado líquido	6.814	1.560	6.593
Intangível líquido	313	246	-	



31 de dezembro de 2022	Consolidado					
	Fluxos de caixa contratuais					Mais
	Valor	ou 2-12		2-5		
contábil	Total	menos meses	anos	anos	anos	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	33.268	33.268	-	-	-	-
Aplicações financeiras	16.888	16.888	-	-	-	16.888
Contas a receber	7.551	7.551	7.022	529	-	-
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos	37.759	37.759	1.502	6.832	8.334	21.091
Arendamentos a pagar	4.690	5.204	390	1.740	850	1.710
Fornecedores	1.208	1.208	-	1.208	-	-

31 de dezembro de 2021	Consolidado					
	Fluxos de caixa contratuais					Mais
	Valor	ou 2-12		2-5		
contábil	Total	menos meses	anos	anos	anos	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	29.086	29.086	-	-	-	-
Aplicações financeiras	19.241	19.241	-	-	-	19.241
Contas a receber	9.091	9.091	8.013	1.078	-	-
Passivos financeiros não derivativos						
Débitos	46.090	46.090	1.640	6.950	8.340	12.480
Arendamentos a pagar	4.596	5.204	390	1.504	850	1.710
Fornecedores	652	652	-	652	-	-

(iii) Risco de mercado - Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado — tais como taxa de câmbio, taxas de juros e preços de ações — irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimento que possuem em sua carteira ativos indexados ao CDI que minimiza riscos de oscilação nos preços e impacto na cota do fundo. **Risco de taxa de juros** - As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros. A Companhia preparou uma sensibilidade para demonstrar o impacto das variações nas taxas de juros e índices de preços das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos bancários ou arrendamentos a pagar. Os instrumentos financeiros ativos são corrigidos pelo CDI, os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI + 3% a.a. e os arrendamentos a pagar são corrigidos pelo IGP-M (FVZ). A Administração efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foram considerados acréscimos passivos e decréscimos ativos de 25% e 50%, apresentados como abaixo, respectivamente. A análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes. Em dezembro de 2022, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2023 conforme segue: (i) a taxa do CDI/Selic em 13,75% a.a., com base na projeção do Banco Central do Brasil (BCB), (ii) o IGP-M em 2,18% a.a., com base na projeção TOP-5 instituições curto prazo. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade sobre o impacto no resultado da variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).
En 31 de dezembro de 2022

Ativos	Impacto no resultado			
	Saldo 31/12/2022	Diminição provável de 25%	Diminição provável de 50%	Diminição provável de 25% de 50%
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	33.268	4.574	3.430	2.287
Valores a receber de partes relacionadas	37.739	5.189	3.891	2.594
Total	71.007	9.763	7.321	4.881

Ativos	Impacto no resultado			
	Saldo 31/12/2022	Diminição provável de 25%	Diminição provável de 50%	Diminição provável de 25% de 50%
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	33.268	4.574	3.430	2.287
Valores a receber de partes relacionadas	37.739	5.189	3.891	2.594
Total	71.007	9.763	7.321	4.881

Ativos	Impacto no resultado			
	Saldo 31/12/2022	Diminição provável de 25%	Diminição provável de 50%	Diminição provável de 25% de 50%
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	33.268	4.574	3.430	2.287
Valores a receber de partes relacionadas	37.739	5.189	3.891	2.594
Total	71.007	9.763	7.321	4.881

Passivos	Impacto no resultado			
	Saldo 31/12/2022	Diminição provável de 25%	Diminição provável de 50%	Diminição provável de 25% de 50%
Arendamentos a pagar (IGP-M)	(4.690)	(603)	(128)	(153)
Débitos (CDI/Selic)	(37.759)	(6.321)	(7.618)	(8.915)
Valores a pagar de partes relacionadas (CDI/Selic)	(31.409)	(4.319)	(5.394)	(6.473)
Total	(33.858)	(10.740)	(13.140)	(15.541)

21. Imposto de renda e contribuição social - Os valores reconhecidos no resultado do exercício - A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos períodos findos em 31/12/2022 e 2021, está apresentada como segue:
Despesa de IR e CS corrente

Consolidado	Controladora	
2022	2021	
Despesa do ano corrente	-	-
Total da despesa de IR das operações	15.017	13.027

6. Conciliação da alíquota de imposto efetiva - A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos períodos findos em 31/12/2022 e 2021, está apresentada como segue:

Apuração no regime no Lucro Presumido Consolidado.		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	118.496	116.224
Base de cálculo presumida imposto de renda (32%) (*)	37.919	37.150
Receitas financeiras (100%)	9.058	1.209
Corrente	15.017	13.027
IR e CS no resultado do período	15.017	13.027

(*) A G5 Partners Consultoria e Participações (M&A) teve faturamento bruto de aproximadamente R\$ 29.542 (R\$ 64.889 em 2021), a empresa G5 Partners Assessoria Mercado de Capitais teve faturamento de R\$ 22.553 (R\$ 8.818 em 2021) e a empresa G5 Administradora de Recursos Ltda. teve faturamento de R\$ 66.401 (R\$ 42.517 em 2021), conforme nota explicativa nº 22. Em 2022 apenas a empresa G5 Holding se encontra no lucro Real, em 2021 nenhuma empresa estava no regime do Lucro Real.
Apuração no regime no Lucro Real Controladora

31/12/2022	31/12/2021
------------	------------

STF admite responsabilizar jornal por acusação falsa de entrevistado

Programa de vacinação em escolas é aprovado em comissão no Senado

O Projeto de Lei (PL) 826/2019, que institui um Programa Nacional de Vacinação em Escolas, foi aprovado na quarta-feira (29) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue agora para análise da Comissão de Educação, à qual caberá a decisão final. A matéria é de autoria da Câmara dos Deputados e obtve relatório favorável do senador Humberto Costa (PT-PE).

Segundo a proposição, o programa será destinado prioritariamente a alunos da educação infantil e do ensino fundamental, visando a intensificar as ações de vacinação e ampliar a cobertura vacinal. Estabelecimentos públicos ou que recebam recursos públicos, de educação infantil e ensino fundamental, ficam obrigados a

aderir ao programa.

O projeto estabelece ainda que escolas particulares podem optar por participar e que as instituições de ensino participantes devem entrar em contato com as unidades de saúde locais.

Pelo texto, fica determinado que a vacinação ocorrerá após o começo da Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza e incluirá vacinas de rotina e de campanhas. Alunos sem cartão de vacinação receberão um novo no momento da vacinação.

A proposição estabelece também que crianças e jovens não matriculados nas escolas participantes e adultos da comunidade também podem ser vacinados, dependendo da quantidade de imunizantes disponíveis. (Agencia Brasil)

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou na quarta-feira (29) a tese jurídica que permite a responsabilização de veículos de imprensa pela publicação de entrevistas nas quais sejam imputados falsamente crimes contra terceiros.

Pelo entendimento, o princípio constitucional da liberdade de imprensa impede a censura prévia de conteúdos publicados. Contudo, se um entrevistado acusar falsamente outra pessoa, a publicação poderá ser responsabilizada judicialmente.

“Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se na época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação, e o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos

fatos e na divulgação da existência de tais indícios”, decidiu o Supremo.

A tese também abre brecha para a retirada de conteúdos publicados nas redes sociais que forem considerados inverídicos.

Outro trecho da tese aprovada, define que o princípio constitucional da liberdade de imprensa impede a censura prévia de conteúdos publicados. No entanto, após a publicação, fica admitida a possibilidade de retirada de conteúdos que contenham informações comprovadamente “injuriosas, difamantes, caluniosas e mentirosas”.

A tese foi elaborada pelo ministro Alexandre de Moraes, e a sugestão de inclusão da possibilidade da retirada de conteúdo foi levantada pelo ministro Cristiano Zanin.

“A clássica questão da liberdade de imprensa, abuso eventual e excepcional, era em relação

a jornais e periódicos. Então, depois de publicados, a responsabilização acabava porque o jornal era daquele dia. Hoje, com as redes sociais, nós vimos isso nas eleições, aquele conteúdo continua”, afirmou Moraes.

A decisão do Supremo foi baseada em ação na qual o ex-deputado federal Ricardo Zaratini Filho processou o jornal *Diário de Pernambuco* por danos morais, em função de uma reportagem publicada em 1995. Na matéria jornalística, o político pernambucano Wandenkolk Wanderley afirmou que Zaratini, morto em 2017, foi responsável pelo atentado a bomba no aeroporto de Recife, em 1966, durante a ditadura militar.

Ao recorrer à Justiça, a defesa de Ricardo Zaratini disse que Wandenkolk fez acusações falsas e a divulgação da entrevista gerou grave dano à sua honra. Segundo ele, o jornal reproduziu

afirmação falsa contra ele e o apresentou à opinião pública como criminoso.

O *Diário de Pernambuco* alegou no processo que a publicação da entrevista se deu no âmbito da liberdade de imprensa, protegida pela Constituição.

O jornal foi condenado pela primeira instância ao pagamento de indenização de R\$ 700 mil. Em seguida, o Tribunal de Justiça de Pernambuco anulou a condenação do jornal e entendeu que o periódico apenas reproduziu as falas de Wandenkolk Wanderley e não fez qualquer acusação a Zaratini.

Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) revalidou a condenação, e o caso foi parar no Supremo, que manteve a condenação do jornal ao entender que a publicação atuou com negligência sem, ao menos, ouvir Zaratini. (Agencia Brasil)

Rodovias do Paraná estão entre as melhores do Brasil aponta estudo da CNT

Um levantamento divulgado pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) na quarta-feira (29) colocou as rodovias paranaenses entre as melhores do Brasil. De acordo com os critérios estabelecidos pelo estudo anual, que analisou 6.386 quilômetros de estradas no Estado, 40,8% dos trechos das rodovias paranaenses foram classificados como bons ou ótimos e 43,2% como regular.

Os números do Paraná estão acima da média nacional, que registrou 32,5% de trechos considerados bons ou ótimos, 41,4% de regulares e 26,1% de ruins ou péssimos na somatória dos 26 estados e do Distrito Federal.

O Estado também apresentou evolução no comparativo com os próprios dados contidos no estudo de 2022 da CNT. Houve um aumento de 3,3 pontos percentuais na avaliação positiva, que passou de 37,5% (sendo 26,2% bom e 11,3% ótimo) para os atuais 40,8% (28,3% bom e 12,5% ótimo) na avaliação geral.

Entre os critérios avaliados, estão as condições do pavimento, acostamentos e pontes, faixas adicionais, existência de trechos perigosos, sinalização e a visibilidade dos motoristas que trafegam pelas rodovias. Cada critério macro foi subdividido em outros indicadores específicos que podem ser consultados na pesquisa completa da CNT.

O cálculo dos indicadores estabelecidos coloca as rodovias do Paraná nas melhores condições da região Sul. No Estado, 12,5% dos trechos são avaliados como ótimo, enquanto esse percentual é de 9,4% em Santa Catarina e de 5% no Rio Grande do Sul. Na outra ponta, o Paraná também possui menor percentual de trechos considerados péssimos, com apenas 2,6% do total, ante 3,3% no Rio Grande do Sul e 8% em Santa Catarina.

O Paraná também é líder da região no critério de classificação por sinalização. O ranking leva em conta a presença e visibilidade de placas de regulamentação, indicação e advertência, dispositivos auxiliares e a sinalização horizontal existente no pavimento, como pinturas das faixas centrais e laterais. Neste quesito, o Estado registra 53% de avaliação ótima ou boa, contra 30,2% de Santa Catarina e 29,9% do Rio Grande do Sul. Na média nacional, o índice é de 40,1% de avaliação positiva.

Outro critério avaliado pela CNT foi a composição das rodovias, que no estudo foi chamado de Geometria da Via. Na prática, o indicador avalia o percentual de pistas simples ou duplas, a presença ou não de faixas adicionais para ultrapassagens

sagem, a existência de barreiras ou canteiros centrais para separação das vias em sentidos opostos e as condições de pontes e viadutos, incluindo a proteção contra quedas.

Novamente, o Paraná apresenta índices melhores do que a média nacional e os melhores do Sul do Brasil. A avaliação da Geometria da Via aponta que 40,7% das rodovias analisadas no Paraná são boas ou ótimas. O mesmo critério tem 34% de aprovação na média nacional, 31,7% no Rio Grande do Sul, e 30,7% em Santa Catarina.

Mesmo já figurando entre os melhores estados do País, a perspectiva do Paraná é de continuar melhorando no ranking de rodovias nos próximos anos. Isso se deve à perspectiva de investimentos de mais de R\$ 50 bilhões por meio do pacote de novas concessões rodoviárias, em que dois lotes já foram leiloados, e que serão aplicados em melhorias de 3,3 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais.

Além das parcerias com a iniciativa privada, o Governo do Estado também está executando outros R\$ 8 bilhões em obras de infraestrutura e logística com recursos próprios e de outros parceiros, como a Itaipu Binacional e os municípios.

O DER/PR ainda prepara para 2024 três novos programas de conservação: Programa de Manutenção/Conservação do Pavimento - ProMAC, contemplando cerca de 10.000 km de rodovias; Programa de Conservação da Faixa de Domínio - ProFaixa, que consiste basicamente na limpeza dos dispositivos de drenagem e sinalização e controle da vegetação ao longo das rodovias; e Programa de Manutenção da Pista e da Faixa de Domínio (Novas Concessões) - ProIntegra, concebido para atender aos trechos de rodovias estaduais que constam no rol de rodovias que estão em processo de concessão.

Em sua 26ª edição, na Pesquisa CNT de Rodovias os dados de 2023 foram coletados por 20 equipes de pesquisa, que, saindo de 12 capitais, avaliaram 111.502 quilômetros em 32 dias. Cada equipe foi alocada em uma rota, recebendo instruções específicas para o seu trajeto.

Os dados utilizados foram obtidos por meio de análise visual em campo, captura de imagem em vídeo com posterior avaliação via inteligência artificial, mapeamento prévio em escritório, a partir das bases de dados de edições anteriores da pesquisa e de outras bases georreferenciadas de uso público. Ao fim da coleta, os dados obtidos pelas três fontes foram processados em conjunto para gerar a avaliação. (AENPR)

Dados são a base para políticas em direitos humanos, avaliam ministras

Informações de qualidade são a base para a execução de políticas públicas que causem impacto na área de direitos humanos, avaliam as ministras que participaram na quarta-feira (29) do 3º Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação. As responsáveis pelas pastas que cuidam das ações antidiscriminatórias no Brasil, no Canadá e nos Estados Unidos destacaram a importância de se ter dados que permitam um diagnóstico fidedigno para a elaboração de projetos.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, ao falar sobre os projetos que vêm sendo desenvolvidos pela pasta neste ano, ressaltou que o primeiro passo foi reunir informações a partir de estatísticas e ouvindo a população, para, então, desenhar as ações que seriam desenvolvidas. “Olhando para a realidade da

população negra como um todo, a gente tinha que, primeiro, colher dados. A gente não pode ser leviano e pensar políticas públicas dentro de um galinheiro sentado, sem estar nas ruas, ouvindo a população”, disse ao participar do evento, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Foi dessa forma que, segundo a ministra, foi pensada a política de atendimento às populações remanescentes de quilombos. “Nós pegamos a lista de tudo que estava desenhado para os quilombolas, as titulações, os certificados. É um povo que vive, infelizmente, dentro de um conflito, sem acesso à vida digna. O que a gente fez com isso? A gente pensou o plano nacional de titulação. Nunca tinha sido feito antes”, relatou. “Política pública

com seriedade se faz diante de dados, com escuta, com coletividade”, acrescentou.

A partir da fala de Anielle, a representante para igualdade racial do Departamento de Estado do governo norte-americano, Desirée Cormier Smith, também enfatizou a importância de informações de qualidade para embasar as políticas públicas. “Você não pode abordar um problema que você não sabe que existe”, disse durante sua participação no primeiro painel do evento.

“Você não pode ajudar uma comunidade que não foi contabilizada. A falta de dados serve para invisibilizar muitos seres humanos. Se não fosse pelos dados, nós não saberíamos que as pessoas negras dos Estados Unidos estão sobrerrepresentadas no nosso sistema prisional”, exemplificou, acrescentando que

a mortalidade dessa população também é maior a partir de vários recortes. “Essas são questões consideradas críticas apenas por causa dos dados e, agora, nós podemos destinar recursos adicionais, atenção, políticas e programas para tentar abordar isso”, disse.

A ministra da Diversidade, Inclusão e Pessoas com Deficiência do Canadá, Kamal Khera, ressaltou a importância dos dados para implementação e avaliação dos resultados das políticas. “A menos que nós implementemos as políticas com os dados que temos e que tenhamos um diagnóstico dos resultados para ver aonde estamos indo, nós faremos todas essas conversas sobre o que nós queremos, mas não seremos capazes de ver resultados tangíveis”, enfatizou. (Agencia Brasil)

Rio e Santos podem ter áreas invadidas pelo mar até 2059

Um estudo da plataforma Human Climate Horizons (HCH) divulgado nesta semana indica que o nível do mar poderá subir entre 20,09 cm e 24,27 cm junto à costa brasileira, até 2059, se não forem reduzidas as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE).

Desenvolvido conjuntamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Laboratório de Impacto Climático (CIL), o aplicativo reúne uma série de informações que permitem perceber os possíveis impactos das alterações climáticas em mais de 24 mil regiões do mundo.

Ao se debruçar sobre as potenciais consequências das alterações climáticas para as terras costeiras, o levantamento revela que, caso a temperatura média global continue aumentando no ritmo atual, as inundações se tornarão cada vez mais frequentes, atingindo uma área cada vez maior, onde vivem hoje cerca de 14

milhões de pessoas.

Os responsáveis pelo estudo citam como exemplo, a cidade de Santos, no litoral paulista. Na avaliação de três possíveis cenários (baixa emissão de gases de efeito estufa; emissão intermediária e emissão muito alta), a plataforma projeta que o nível do mar, na região do maior porto da América Latina, subirá, respectivamente, 22,84 cm; 24,64 cm e 27,74 cm até 2059.

“Centenas de cidades altamente povoadas enfrentarão um risco acrescido de inundações até meados do século. Isto inclui terras que abrigam cerca de 5% da população de cidades costeiras como Santos, no Brasil; Cotonou, no Benin, e Calcutá, na Índia”, informa o estudo, ao destacar que “muitas regiões baixas ao longo das costas da América Latina, África e Sudeste Asiático podem enfrentar uma grave ameaça de inundação permanente, parte de uma tendência alarman-

te com potencial para desencadear uma reversão no desenvolvimento humano nas comunidades costeiras em todo o mundo”.

Outro município brasileiro, citado entre os que correm o risco de ver submergir até 5% de seu território, é a cidade do Rio de Janeiro, que, nos mesmos três cenários, enfrentaria uma elevação do nível do mar da ordem de 19,13cm (baixas emissões de GEE); 20,93cm (emissões intermediárias) e 23,84cm (emissões muito altas).

A Human Climate Horizons lembra que as emissões de gases de efeito estufa decorrentes da atividade humana contribuem para elevar a temperatura média do planeta. E que o aquecimento global, por sua vez, acelera o derretimento de camadas de gelo e glaciares, resultando em um maior volume d’água e, consequentemente, no aumento da superfície dos oceanos. O que fez com que a extensão das inundações

costeiras tenham aumentado nos últimos 20 anos.

A Human Climate Horizons divulgou os novos dados “hiper-locais” dias antes do início da 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 28), evento que ocorrerá em Dubai, nos Emirados Árabes, de 30 de novembro a 12 de dezembro.

Durante a COP28, representantes de governos, empresas e da sociedade civil devem fazer um balanço da implementação do Acordo de Paris, estabelecido na COP21, em 2015, quando cada país signatário estabeleceu metas próprias de redução de emissão de gases de efeito estufa, denominada Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

A NDC brasileira, atualizada em 2023, estabelece que o Brasil deve reduzir as próprias emissões em 48% até 2025 e 53% até 2030, em relação às emissões de 2005. (Agencia Brasil)

CCJ do Senado aprova PEC que proíbe militares da ativa se candidatarem

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou na quarta-feira (29) a Proposta de Emenda à Constituição 42/2023, que proíbe militares na ativa de se candidatarem em eleições. O texto segue agora para análise do plenário.

De acordo com o texto, o militar federal que se candidatar a um cargo eletivo, no registro da candidatura será automaticamente transferido para a reserva não remunerada.

Com mais de 35 anos de ser-

viço, o militar vai para a reserva remunerada.

As novas regras não valerão para as eleições municipais de 2024. Conforme a legislação, entrarão em vigor somente 1 ano após o início da vigência da emenda constitucional.

Atualmente, o militar pode se candidatar desde que se afaste da atividade, caso tenha menos de 10 anos de serviço. Se o tempo de serviço for superior, deverá ser afastado pela autoridade superior e, uma vez eleito, passa-

ra automaticamente à inatividade de no ato da diplomacia”-abo.

Na proposta, o senador Jaques Wagner (PT-BA), autor da emenda, justifica que militares da ativa não devem estar vinculados a atividades político-partidárias, argumentando que a Constituição já restringe a participação”-abo da categoria no processo político-eleitoral. Wagner, que é líder do governo, diz ainda que é necessário adotar medidas cautelares para garan-

tir a neutralidade política das Forças Armadas.

A PEC teve parecer favorável do relator, senador Jorge Kajuru (PSB-GO).

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) posicionou-se contrário à PEC, que, segundo ele, considerava os militares uma “sub-categoria de servidor público” e que a proposta seria uma vingança contra as Forças Armadas.

A emenda não impacta militares dos estados e Distrito Federal. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos